



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



29 de setembro de 2022.

3219/22

Of. GAB. nº 661/2022

Projeto de Lei nº 87/2022
↳ complementar

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei Complementar, que altera o art. 14 caput e Parágrafo único; altera o art. 70; e altera o art. 79, inciso IV, da Lei Complementar nº 2.148, de 25 de setembro de 2007.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

Exmo. Sr. Vereador
LUIS CARLOS DOMICIANO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR *em nº 87/2022*

“Altera o art. 14 caput e Parágrafo único; altera o art. 70; e altera o art. 79, inciso IV, da Lei Complementar nº 2.148, de 25 de setembro de 2007”.

Art. 1º - O artigo 14, *caput* e o Parágrafo único, da Lei Complementar nº 2.148, de 25 de setembro de 2007 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Equipara-se aos filhos, nas condições do inciso I do Artigo 13, mediante declaração escrita do segurado e, desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua guarda ou tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.”

“Parágrafo único. O menor sob guarda ou sob tutela, somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação do respectivo termo de guarda ou tutela.

Art. 2º - O artigo 70, da Lei Complementar nº 2.148, de 25 de setembro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes;

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



§ 1º Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 2º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.

§ 4º Nas ações em que o São João Prev for parte, este poderá proceder de ofício à habilitação excepcional da referida pensão, apenas para efeitos de rateio, descontando-se os valores referentes a esta habilitação das demais cotas, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.

§ 5º Julgada improcedente a ação prevista no § 3º ou § 4º deste artigo, o valor retido será corrigido pelos índices legais de reajustamento e será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



§ 6º Em qualquer caso, fica assegurada ao São João Prev a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.”

Art. 3º - O inciso IV do artigo 79, da Lei Complementar nº 2.148, de 25 de setembro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79 (...)

IV - pelo decurso do prazo de recebimento de pensão pelo cônjuge, companheiro ou companheira, nos seguintes termos:

a) se inválido ou com deficiência pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas “b” e “c”;

b) 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 22 (vinte e dois) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 22 (vinte e dois) e 27 (vinte e sete) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 28 (vinte e oito) e 30 (trinta) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 31 (trinta e um) e 41 (quarenta e um) anos de idade;



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



5) 20 (vinte) anos, entre 42 (quarenta e dois) e 44 (quarenta e quatro) anos de idade;

6) vitalícia, com 45 (quarenta e cinco) ou mais anos de idade.

d) os limites de idade do beneficiário na data de óbito do segurado, tratados na alínea "c" deste inciso, serão automaticamente atualizadas, sempre que ocorrer a hipótese prevista no § 2º-B, do art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991."

Art. 4º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (29.09.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei fundamenta-se na necessidade de revisão da Lei Municipal Complementar nº 2.148/2007, tratando dos seguintes pontos:

1) adequação da legislação previdenciária municipal à recente decisão do Supremo Tribunal Federal havida no julgamento das (ADIs) 4878 e 5083 pacificando o entendimento de que o menor de idade sob guarda deve ser considerado dependente para fins previdenciários, tendo, assim, direito à pensão por morte;

2) adequação da legislação previdenciária municipal às alterações normativas havidas no Regime Geral de Previdência Social – RGPS e que devem ser aplicadas no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial quanto à definição da data início do benefício de pensão por morte em caso de requerimento e ou habilitação de dependentes realizado de forma tardia;

3) adequação, da legislação previdenciária municipal com relação ao prazo de manutenção do benefício de pensão por morte, de acordo com a faixa etária do beneficiário, regra que deve ser atualizada de forma automática para aplicação no São João Prev dos mesmos parâmetros adotados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na ocorrência da hipótese prevista no § 2º-B, do art. 77, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Por tais motivos e a fim de prevenir a eventual judicialização destas matérias por falta de regulamentação ou de atualização da legislação de acordo com as modificações havidas nas normas do Regime Geral de Previdência Social - RGPS e que devem ser aplicadas de imediato nos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, apresentamos o presente **Projeto de Lei Complementar**, com as alterações propostas ao texto da Lei Complementar Municipal nº 2.148/2007 em vigor, esperando a compreensão na análise das proposições pelo Legislativo para sua aprovação.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (29.09.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal